

Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência: 'Uma longa estrada'

Comemorada em 21 de setembro, a data traz visibilidade à acessibilidade e inclusão

Déborah Gama

Hoje comemoramos o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, que visa a conscientização sobre a luta anticapacitista e dar visibilidade para assuntos como acessibilidade, inclusão e movimentos que reforcem os direitos das pessoas com deficiência (PcD).

A sigla PcD começou a ser utilizada em 2006, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Antes disso, a expressão usual era “portador de deficiência”, que não deve mais ser utilizada por destacar a deficiência ao invés da condição humana.

A Lei nº 13.146/2015, que regulamenta as disposições da Convenção da ONU, prevê em seu artigo 2º que é considerada Pessoa com Deficiência aquela que tem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Com mais de 25 anos de atuação na advocacia, Dr. Geraldo Nogueira é uma figura importante no cenário de luta pela acessibilidade e direitos da PcD. Diretor da Diretoria da Pessoa com Deficiência da OAB-RJ e Superintendente de Ações para PcD no Governo do Estado do RJ, o advogado ficou paraplégico após um acidente de carro em 1990 e sente na pele os desafios do dia a dia.

“A estrada da inclusão e acessibilidade é muito longa. Um trecho foi pavimentado, mas ainda não chegamos nem a um terço do caminho. A gente tende a olhar para trás e desmerecer o progresso, mas há trinta anos não tínhamos conquistado nada”, reflete Geraldo.

O superintendente participou de importantes projetos de leis e medidas jurídicas que se concretizaram em adaptações de acessibilidade para pessoas com deficiência, como elevadores no metrô e banheiros para cadeirantes em aeroportos e shoppings.

Ao longo dos anos, o Brasil desenvolveu uma completa e complexa legislação sobre inclusão e acessibilidade, dentre elas, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que teve a participação efetiva de Geraldo Nogueira em sua proposta. Também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, a LBI protege as PcD



Dr. Geraldo Nogueira, Diretor da Diretoria da Pessoa com Deficiência da OAB-RJ e Superintendente de Ações para PcD do Governo do Estado do RJ

“A gente tende a olhar para trás e desmerecer o progresso, mas há trinta anos não tínhamos conquistado nada”

Dr. Geraldo Nogueira

em diversas áreas e aborda itens como discriminação, atendimento prioritário, obrigatoriedade da educação inclusiva – como a necessidade de mediadores dentro das escolas –, direito à reabilitação e acessibilidade. A Lei também estabelece que as PcD têm autorização de saque do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de próteses e órteses.

Outro destaque é a Lei 10.098, promulgada em 2000, que é responsável por garantir a acessibilidade em 4 frentes: urbanística, meios de transporte, comunicação e edificações.

No campo da saúde, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência estabelece as principais diretrizes: promoção da qualidade de vida das

pessoas com deficiência; assistência integral à saúde da pessoa com deficiência; prevenção de deficiências; ampliação e fortalecimento dos mecanismos de informação; organização e funcionamento dos serviços de atenção à pessoa com deficiência; e capacitação de recursos humanos.

A aplicação da LBI e a prática de medidas de acessibilidade ainda são um desafio no cotidiano, de acordo com o deputado Fred Pacheco, presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). O órgão é responsável por assegurar os direitos de todas as pessoas com algum tipo de deficiência, além de auxiliar diretamente na regulamentação de proposições já existentes e



Fred Pacheco, deputado estadual e presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência da Alerj

“Precisamos assumir posturas anticapacitistas e reconhecer que precisamos da contribuição singular e fundamental da PcD”

Fred Pacheco

na fiscalização dos avanços legislativos e suas respectivas implementações.

“Essa é a nossa luta. Eu digo ‘nossa’ porque precisamos mostrar que toda a sociedade ganha com a presença atuante e produtiva da pessoa com deficiência. Uma sociedade que exclui ou minimiza a força e contribuição da PcD acaba por tornar-se empobrecida roubando de si mesmo a riqueza da diversidade humana. Por isso, estamos próximos, tanto com instituições de reabilitação, grupos de apoio e outras entidades civis, quanto ampliando a interlocução com os diversos poderes públicos”, explica o deputado Fred Pacheco.

O poder legislativo tem feito a sua parte, tanto que o Brasil tem um dos maiores conjuntos de leis para pessoas

com deficiência do mundo. No Rio de Janeiro, a temática também tem ganhado destaque nos últimos anos: o Governo do Estado criou uma subsecretaria específica para o assunto e a Alerj tem promovido um grande esforço na direção de implementar e regulamentar a legislação existente.

Mas também é verdade que ainda temos um grande desafio a superar: fiscalização para que a lei seja cumprida. É importante que a sociedade participe do desenvolvimento e evolução dos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, assim como o espaço ocupado por elas em diversos setores, como o mercado de trabalho, a grande mídia, altos cargos de governo e demais posições de destaque.

Acessibilidade Cultural no Brasil: desafios e avanços

Fotos Andrade Sucesso

Por Patrícia Saiago*

A acessibilidade é um direito fundamental e um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É de extrema importância que a sociedade reconheça a necessidade de garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário à cultura e à informação. E não apenas durante o mês de setembro, quando se instituiu o “Setembro Verde” para lembrarmos das pessoas com deficiência.

Como audiodescritora, atuando há mais de 10 anos no setor cultural, tenho percebido o aumento de marcas comprometidas com as metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas – ONU para a Agenda 2030, visando a redução da desigualdade dentro dos países e entre eles – especialmente no que diz respeito à Diversidade e Inclusão.

No meu estúdio, também estamos comprometidos com a promoção da inclusão em todas as esferas da sociedade, pois acreditamos que a acessibilidade é um direito fundamental e um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio da tradução em Libras, audiodescrição e legendagem descritiva, promovemos a inclusão de pessoas



Patrícia Saiago em ação, fazendo audiodescrição simultânea no Festival Rock the Mountain

com deficiência visual e auditiva em filmes, séries, festivais e eventos culturais como Rock In Rio, Sapucaí e Museu Bispo do Rosário, entre tantos outros, colocando o Rio de Janeiro na vanguarda da acessibilidade cultural!

Para encarar o desafio enfrentado por surdos e cegos no contexto da acessibilidade comunicacional, precisamos lembrar que a comunicação eficaz é fundamental para a participação plena na sociedade, e as pessoas surdas enfrentam desafios significativos nessa área, todos os dias.



Intérprete de libras, André Luiz Sacramento, trazendo show no Festival Rock the Mountain

Um dos principais obstáculos é a falta de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em eventos culturais, palestras e programas de televisão. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Lei nº 13.146/2015) estabelece a obrigação de disponibilizar intérpretes de Libras em eventos públicos, mas a implementação nem sempre é efetiva.

O mesmo se aplica aos cegos, que também enfrentam barreiras significativas na busca de acesso à cultura. A falta de material acessível, como livros

em formato braille ou versões digitais com suporte a leitores de tela, é um problema persistente. A LBI também aborda essa questão, exigindo que obras culturais sejam disponibilizadas em formatos acessíveis, mas muitos desafios de implementação ainda persistem.

O Brasil tem um bom conjunto de leis sobre o tema, mas apesar legislação existente, a implementação efetiva dessas medidas ainda é um desafio. É crucial que o governo, a sociedade civil e as instituições culturais trabalhem em conjunto para garantir que as leis sejam

cumpridas e que a acessibilidade cultural se torne uma realidade para todos.

Além da Lei Brasileira de Inclusão, o Brasil possui outras legislações que buscam promover a acessibilidade cultural. A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Já o Decreto nº 5.296/2004 regulamenta as normas da acessibilidade comunicacional, determinando a obrigatoriedade de legendas em programas de televisão e a disponibilização de recursos de audiodescrição em cinemas. As leis existem, mas ainda estamos longe de ver sua implementação plena!

Mesmo com todos os desafios, sou otimista com o futuro! Cada vez mais instituições as culturais estão se esforçando para oferecer experiências inclusivas, como exposições táteis e sessões de cinema com audiodescrição. Além disso, a conscientização sobre a importância da acessibilidade está crescendo, o que é um passo positivo na direção certa.

*Patrícia Saiago é roteirista de audiodescrição e palestrante especializada na importância da acessibilidade, audiodescrição e Libras no mercado audiovisual e cultural.
@patriciasaiago